CURUCACA GERADORA

Curucaca Geradora S.A.
Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2016 e relatório dos auditor independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A administração da Curucaca Geradora S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.S.ª as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, composta pelos Balanços Patrimoniais, pelas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Agradecimento: Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, clientes, governo federal, estadual e municipal, fornecedores, prestadores de serviços, credores em geral e em especial aos colaboradores, por mais um ano de realizações.

A ADMINISTRAÇÃO
Agosto 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
Em Milhares de Reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	712	207	Fornecedores (Nota 11)	1.100	2.953
Tributos a recuperar (Nota 7)	289	394	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	681	
Adiantamento a fornecedores	34	312	Adiantamento de clientes	349	
Partes relacionadas (Nota 8)		8.768	Salários e encargos sociais	291	298
Outros ativos	830	243	Tributos a pagar	385	289
			Distribuição de dividendos a pagar (Nota 8)		325
	1.865	10.924	Uso do bem público (Nota 20)		241
			Outros passivos	10	2
				2.816	4.108
Não circulante			Não circulante		
			Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	25.265	11.785
Tributos a recuperar (Nota 7)	44		Adiantamento para futuro aumento de capital(Nota 22)	10.129	2.763
Partes relacionadas (Nota 8)		297	Uso do bem público (Nota 20)	4	3.635
Imobilizado (Nota 9)	171.225	140.656		35.398	18.183
Intangível (Nota 10)	9	3.759	Total do passivo	38.214	22.291
	171.278	144.712	Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	133.723	133.363
			Reserva legal	78	17
			Reserva de lucros	1.128	
			Prejuízos acumulados		(35)
			Total do patrimônio líquido	134.929	133.345
Total do ativo	**173.143**	**155.636**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**173.143**	**155.636**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Operações continuadas		
Receita líquida das vendas (Nota 15)	2.995	
Custo dos produtos vendidos (Nota 19)	(364)	
Lucro bruto operacional	**2.631**	
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(1.335)	(936)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 18)	(50)	(39)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**1.246**	**(975)**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 17)	(26)	(152)
Receitas financeiras (Nota 17)	598	1.493
Receitas financeira, líquidas	**572**	**1.341**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.818**	**366**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(594)	(100)
Lucro líquido do exercício	**1.224**	**266**
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	150.000	150.000
Lucro líquido do exercício por lote de ação do capital social no fim do exercício (básico e diluído)- R$	0,0082	0,0018

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	1.224	266
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	1.224	266

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	73.426		41		73.467
Lucro líquido do exercício				266	266
Aumento de capital (Nota 14)	59.937				59.937
Distribuição de Lucros (Nota 8)				(325)	(325)
Realização da reserva de lucros			(41)	41	
Transferência Reserva Legal		17		(17)	
Em 31 de dezembro de 2015	133.363	17		(35)	133.345
Em 31 de dezembro de 2015	133.363	17		(35)	133.345
Lucro líquido do exercício				1.224	1.224
Aumento de capital (Nota 14)	360				360
Constituição de reserva de lucro			1.128	(1.128)	
Transferência Reserva Legal		61		(61)	
Em 31 de dezembro de 2016	133.723	78	1.128		134.929

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.818**	**366**
Ajustes		
Amortização (Nota 10)	174	104
Provisão para IRPJ e CSLL	(557)	
Ajustes valor presente - UBP – Uso do Bem Público	(4)	
	1.431	**470**
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a fornecedores	278	
Tributos a recuperar	61	(375)
Outros ativos	(587)	1.152
Fornecedores	(1.853)	2.467
Salários e encargos sociais	(7)	160
Tributos a pagar	96	266
Adiantamento de clientes	349	
Uso do bem público	(292)	
Outros passivos	8	15
Caixa proveniente das operações	**(516)**	**4.155**
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 13)	(37)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(553)**	**4.055**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 9)	(30.569)	(62.362)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	9.065	(9.065)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(21.504)**	**(71.427)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (Nota 14)	360	41.217
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 12 (a))	14.161	11.785
Distribuição de lucros	(325)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.366	2.763
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**21.562**	**55.765**
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(495)**	**(11.607)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	**1.207**	**12.814**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	**712**	**1.207**
Principais transações que não afetaram caixa		
Aumento de capital com a utilização do "Adiantamento para futuro aumento de capital"	360	18.720

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais
1.1 Atividades operacionais
A Curucaca Geradora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede em Guarapuava, Estado do Paraná.
A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a geração e comércio de energia elétrica, no mercado interno e externo, cuja entrada em operação iniciou-se no segundo semestre do exercício de 2016 em fase pré-operacional (teste). Está previsto o encerramento do projeto e entrada em operação total para o 1º trimestre do exercício de 2017.
A Companhia explora o potencial hidroelétrico de 37,042 MW, sendo que Cooperativa Agrária Agroindustrial e Santa Maria Cia de Papel e Celulose são titulares de 100% das ações representativas do capital da Curucaca. Visando a exploração de energia elétrica gerada pela UHE Salto Curucaca, Agrária, Santa Maria e Curucaca atuarão sob regime de autoprodução conforme Contrato de Consórcio estipulado entre as Partes e titularidade transferida pela ENEEL em 06 de setembro de 2016, de acordo com a Resolução Autorizativa nº.6.021/2016.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 16 de maio de 2017.
1.2 Principais eventos do ano
Em 6 de setembro de 2016 a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), através da Resolução Autorizativa nº 6.021, transferiu parte da outorga referente a UHE Salto Curucaca da empresa Curucaca Geradora S.A. para a Santa Maria Companhia de Papel e Celulose e para a Cooperativa Agrária Agroindustrial, onde os percentuais de cada empresa estão definidos no contrato de constituição do consórcio, que define ainda como líder a Santa Maria. A resolução alterou também o regime de exploração da UHE Salto Curucaca para autoprodução de energia elétrica.
Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R$ 4.083 referente ao Uso do Bem Público classificados no Ativo Intangível e sua contrapartida no Passivo, foram transferidos para os participantes do consórcio, os quais são: Santa Maria, Agrária e Curucaca, que possuem as participações de 59,94%, 39,96% e 0,10%, respectivamente, sendo transferido o valor proporcional a cada consorciada.
1.3 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.
As demonstrações financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.
2.2 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor.
2.3 Ativos financeiros
2.3.1 Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.
Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.
2.3.2 Reconhecimento e mensuração
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.
2.4 Impairment de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.
O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.
Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.
2.5 Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.
2.6 Ativos intangíveis
(a) Softwares
As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, pelas taxas descritas na Nota 10.
Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
(b) Uso do bem público
Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecidos no contrato. O registro inicial desse passivo e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).
A amortização desse intangível é calculado pelo método linear pelo prazo remanescente de concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzidos pelos pagamentos contratados.
2.7 Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de alienação e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).
Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.
2.8 Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
2.9 Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.
2.10 Provisões
As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem ao imposto corrente.
Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
2.12 Participação nos lucros
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).
2.13 Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.
2.14 Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
2.15 Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.
(a) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos
A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.
4 Gestão de risco financeiro
4.1 Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez.
A gestão de riscos é realizada segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.
(a) Risco de mercado
(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos as taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.
(b) Risco de liquidez
É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.
A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	1.100			
Empréstimos e financiamentos	3.395	4.584	4.301	38.043
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	2.953			
Empréstimos e financiamentos	1.217	3.907	5.978	12.033

4.2 Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Continua...